

NOTA PÚBLICA SOBRE ATO DE RACISMO PRATICADO POR FUNCIONÁRIA DE LOJA EM SÃO PAULO

A presidência da Comissão de Direitos Humanos repudia o ato de racismo praticado por funcionária de loja de roupas em São Paulo. Segundo narrativa do pai da vítima, Jonathan Duran, uma vendedora da Animale falou, ríspida, ao menino negro que estava parado na frente do estabelecimento: “ele não pode vender coisas aqui”.

Existe uma verdadeira presunção de subalternidade em relação aos negros, e isso não é um episódio isolado. Acontece sempre que pessoas são consideradas, conscientemente ou não, como tendo a “cor errada” para estarem em certos espaços. É o que acontece quando se vê um menino negro parado na frente de uma loja e se o associa, como se a associação automática fosse legítima, a pessoa à posição de um vendedor de rua. Isso é racismo. É discriminação baseada na cor da pele. Conforme a reflexão muito pertinente de Jonathan, “Provavelmente vão dizer que foi um ‘mal-entendido’ (mesmo quando as crianças negras têm o azar dos mal-entendidos sempre acontecerem com elas)”. O “azar” a que se refere Jonathan é justamente o racismo, que é crime há 26 anos no Brasil. É lamentável que ainda convivamos com essa prática.

A empresa informou que "a Animale repudia qualquer ato de discriminação e o evento está sendo apurado internamente". Ocorre que não é porque a corporação não se considere racista que atos racistas não possam ser praticados por seus agentes. O reconhecimento de que o racismo existe é o primeiro passo para que seja superado.

Como bem disse Jonathan Duran, sua “preocupação é quando o ‘mal-entendido’ não é mais com uma vendedora de uma loja, mas com um policial armado”. Essa é também a preocupação dessa presidência. Não é por acaso que um dos mais graves problemas de direitos humanos que temos é o verdadeiro extermínio da juventude negra. De acordo com o Mapa da Violência de 2014, a magnitude dos homicídios entre a população jovem tem “caráter de verdadeira pandemia.” O homicídio é predominantemente de negros. O índice de vitimização de jovens negros, que em 2002 era de 79,9, subiu para 168,6 em 2012. “Para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros”. “Considerando os jovens, as taxas negras aumentam de 74,1 em 2011 para 80,7 em 2012: crescimento de 8,9%. As brancas também crescem, mas com ritmo menor: 4,7%”.

Ao aceitar o episódio ocorrido na loja Animale, continuamos justificando a ordem de ideias que fundamenta não só a exclusão, mas a segregação, a violência e o assassinato de pessoas que negras. Esperamos não só que a empresa peça as desculpas merecidas pela família atingida e pela sociedade brasileira como um todo, mas que o sistema de justiça atue, aplicando as consequências legais ao caso.

Deputado PAULO PIMENTA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.